

A presença dos holandeses no Nordeste do Brasil durou pouco mais de vinte anos, mas deixou um legado histórico, cultural e econômico que ainda desperta o interesse dos estudiosos e fascina os interessados na história colonial. Os textos de *O Brasil holandês* são uma amostra das diversas vozes e versões dos principais acontecimentos militares e sociais da aventura holandesa nos trópicos. Os textos compõem um quadro político e cotidiano do período, um dos mais ricos e bem documentados da história colonial brasileira.

O livro tem organização de Evaldo Cabral de Mello, maior especialista no período holandês em Pernambuco. Para compor esta coletânea, o historiador escolheu textos da época, recolhidos de fontes portuguesas, brasileiras e holandesas. São documentos oficiais, relatos de viajantes, relatórios, cartas, diários, textos de autoridades, religiosos, soldados, pessoas comuns e alguns anônimos, que viveram os acontecimentos e os registraram, motivados por seus interesses pessoais e experiências marcantes.

A cada capítulo, Evaldo Cabral apresenta as questões principais dos documentos selecionados e os contextualiza com informações complementares, de maneira a guiar os leitores pela evolução dos eventos históricos. Em sua seleção, o organizador priorizou narrativas em primeira pessoa, testemunhos de quem participou dos eventos ou a eles assistiu. Com isso, o leitor se sente parte da história, no calor dos acontecimentos descritos e analisados.

Os textos estão divididos em três partes: “A guerra de resistência”, “O interregno nassoviano” e “A guerra de restauração”. Na primeira parte, os textos abordam a escolha do Nordeste como o local privilegiado pelo interesse econômico holandês, os primeiros anos de resistência à ocupação e a conquista de Olinda e Recife. Na segunda parte, estão documentos e relatos sobre o governo de Maurício de Nassau, auge do governo do Brasil Holandês e período de grande

modernização. Sobre as mudanças no Recife, até então um mero povoado, o historiador Robert C. Smith afirmou que Nassau construiu a “primeira cidade digna deste nome na América portuguesa”, enquanto “em todo o resto do Brasil foi preciso esperar o fim do século XVIII e a vinda da corte portuguesa para que se fizessem coisas deste gênero”. Na terceira e última parte, encontram-se os textos sobre as batalhas dos Guararapes e finalmente a expulsão dos holandeses do Recife.

1. Quais foram as motivações que levaram os holandeses a escolher o Brasil e mais especificamente o Nordeste como local de ataque e estabelecimento de bases comerciais para a Companhia das Índias Ocidentais?

A escolha do Brasil combina aspectos econômicos, políticos e geográficos. A América portuguesa constituía o elo mais frágil do império espanhol, pois era uma possessão portuguesa. Em 1580, Portugal passara para o domínio da Espanha. Antes disso, lusitanos e holandeses mantinham intensas relações comerciais, e os holandeses contavam, desde a criação da Companhia das Índias Ocidentais em 1621, com os lucros que teriam com o açúcar e o pau-brasil. O Nordeste era preferido em relação ao Caribe, por exemplo, por conta da grande quantidade de rios que poderiam ser usados na moagem, na produção e no transporte do açúcar dos engenhos até os portos. Era também o melhor local para o escoamento da produção para Europa e África. Ainda do ponto de vista geográfico, o ataque ao Brasil era mais fácil que aos outros povoados espanhóis no Novo Mundo, que estavam concentrados no altiplano, longe da costa, o que encarecia e tornava mais difíceis os ataques e a ocupação. Já os núcleos de povoação

portuguesa ficavam no litoral, ao alcance dos navios holandeses. O Brasil era estratégico pois seria também uma excelente base de operação contra a navegação espanhola no Caribe e na competição pelo caminho marítimo rumo ao Oriente. Além disso, imaginava-se que pelo Brasil seria mais fácil alcançar as minas de prata do Peru. (capítulo 1)

2. Por que os holandeses acreditavam que seria mais fácil atacar Pernambuco do que havia sido a tentativa malograda de conquistar a Bahia alguns anos antes?

Os diretores da Companhia das Índias Ocidentais acreditavam que, como Pernambuco era uma capitania donatária e não da Coroa portuguesa, o governo espanhol não se empenharia por sua restauração como fizera no caso da Bahia. Madri incumbiu Matias de Albuquerque, irmão do donatário de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, da defesa de Recife e Olinda, mas era grande a inexperience das tropas e o despreparo militar brasileiro. Em fevereiro de 1630, a armada holandesa de 7 mil homens apontou diante de Olinda e, dias depois, desferiu ataque a Recife, que então era apenas um povoado que servia de porto a Olinda. (capítulos 1 e 2)

3. Os primeiros anos de presença holandesa foram de resistência e de guerra contínua que podem ser divididos em duas fases. O que caracteriza cada uma delas?

Podem-se distinguir duas fases: uma de 1630 a 1632 e outra de 1632 a 1637. Na primeira, os holandeses visavam a conquistar os fortes e povoados do litoral. Depois de Olinda e do Recife, o exército da Companhia das Índias Ocidentais fracassou em ataques contra a Paraíba, o Rio Grande do Norte, o Rio Formoso e o Cabo de Santo Agostinho, mas ocupou o sul da

ilha de Itamaracá, onde ergueu o forte de Orange. Entre os luso-brasileiros, havia grande escassez de recursos e reduzido contingente militar, graças à crise espanhola na Europa. Optou-se então por uma “guerra lenta” de resistência, que conseguiu impedir que o inimigo conquistasse a várzea do rio Capibaribe, onde estavam as propriedades açucareiras mais prósperas. Depois de 1632, com a construção do forte Orange, em Itamaracá, os holandeses conquistaram o primeiro terreno fora do eixo Olinda-Recife, permitindo ataques navais mais planejados a outras regiões e acesso às frutas tropicais que permitiam aos soldados vencer o escorbuto. Nos dois primeiros anos, os invasores haviam enfrentado muitos problemas de provisão, alimentando-se unicamente com o que a Holanda enviava. A partir de então, na segunda fase, os holandeses passaram a adotar uma estratégia de contraguerrilha: atacar as bases rurais da resistência, especialmente os engenhos, e a intimidar a população civil, afastando-a do exército. Conquistaram alguns povoados mais afastados do litoral, como a vila de Igarauçu e a estância de Afogados. (capítulos 3 e 4)

4. Com o ataque e a conquista da cidade da Paraíba em 1634, os holandeses asseguraram à população local as chamadas “capitulações da Paraíba”. No que consistiam? Que papel elas teriam mais tarde, na insurreição luso-brasileira de 1645?

Foram condições vantajosas dadas à população quanto à posse de suas propriedades e à prática da religião católica. As autoridades holandesas pretendiam com isso pacificar e manter no interior a população luso-brasileira, da qual dependia o funcionamento do sistema açucareiro. A violação de algumas dessas garantias foram usadas para justificar a insurreição luso-brasileira de 1645. (capítulo 5)

5. Por que em 1637, ao final da guerra de conquista holandesa, o exército de resistência luso-brasileira havia se tornado impopular junto à comunidade que optara por permanecer no Brasil holandês? Qual o foi o episódio que pôs fim à resistência?

Porque o exército de resistência promoveu incêndios, pilhagens e ataques aos engenhos para impedir que a Companhia das Índias Ocidentais tirasse proveito econômico do triunfo militar, o que levou um clima de terror à população civil, que não se sentia segura nem com holandeses nem com o exército luso-brasileiro. A nomeação de João Maurício de Nassau-Siegen como governador do Brasil holandês e a retomada pelos invasores do Porto Calvo fizeram com que as tropas da resistência fossem expulsas para a Bahia, através do Rio São Francisco. (capítulo 6)

6. O que representaram, segundo o livro, os sete anos de governo de Maurício de Nassau, entre 1637 e 1644? Como se compunha a comitiva que Nassau trouxe a Pernambuco? Quais foram as duas grandes tarefas iniciais de sua administração, depois de derrotar definitivamente o exército de resistência?

Os sete anos de governo de Maurício de Nassau foram um intervalo de paz entre dois períodos de guerra. O livro qualifica o período como “uma espécie de Idade de Ouro do Brasil holandês”. Sua comitiva era composta de pintores e cientistas, pagos do seu bolso, com o objetivo de documentar a vida na colônia, a composição étnica da população, a flora e a fauna locais. Faziam parte dela, entre outros, o médico Willem Piso, o paisagista Frans Post e o desenhista Albert Eckhout, e mais tarde viria o naturalista Georg Markgraf. Viajaram para o Brasil também o irmão mais moço de Nassau, João Ernesto, e seu primo Carlos de Nassau, além dos membros do Supremo Conselho que administraria a nova

possessão, sob a presidência de Nassau: Mathijs van Ceulen, Johan Gisselingh e Adriaan van der Dussen. As duas tarefas imediatas que lhe foram confiadas foram a organização administrativa do Brasil holandês e a reativação da economia açucareira, depois de sete anos de guerra. (capítulo 7)

7. Qual era a condição dos escravos nos primeiros anos de administração de Nassau? Qual foi a decisão tomada para assegurar o fornecimento de mão de obra negra? E como era a situação dos engenhos de açúcar?

Os plantéis de escravos haviam sido desfalcados pelos anos de guerra, com fugas para os quilombos, inclusive para Palmares. Escravos haviam partido para a Bahia, entre a população que preferiu se retirar do Brasil holandês. Outros foram incorporados às tropas do exército hispano-luso-brasileiro e às forças neerlandesas, e houve aqueles que foram capturados e mortos nas batalhas. Sob Nassau, aplicou-se a decisão de alforriar os soldados negros que haviam lutado com os holandeses. O governador procurou garantir o fornecimento regular de mão de obra com a conquista de possessões africanas, como Elmina e Luanda. O governo holandês do Recife confiscou os engenhos abandonados e financiou sua venda. Dos 160 engenhos existentes no Nordeste quando da invasão holandesa, quase a metade foi abandonada pelos proprietários. Ao final do primeiro ano de administração de Nassau, cerca de cem engenhos encontravam-se em funcionamento. (capítulo 7)

8. Como Nassau reagiu em 1640 à restauração do domínio de Portugal sobre o seu território, que havia sido anexado pela Espanha?

Em dezembro de 1640, um golpe de Estado pôs fim aos

sessenta anos de domínio espanhol, o que transformava Portugal novamente em aliado dos Países Baixos na guerra contra a Espanha. Assumiu o trono português o duque de Bragança, como d. João IV. A notícia foi recebida no Recife em março de 1641, e Nassau resolveu comemorar a aclamação com grandes festas e ostentações públicas de alegria. Com a restauração portuguesa, Nassau negociou o fim das hostilidades entre o Brasil holandês e a Bahia, além de ter continuado a executar aos planos de expansão colonial da Companhia das Índias Ocidentais. Em 1641, Nassau anexou Sergipe e abordou São Luís, Luanda e São Tomé. (capítulo 8)

9. O capítulo 9, “Governar o Brasil holandês”, indica que as principais tensões cotidianas que desafiavam o governo do Recife diziam respeito às diferenças de credo entre as diversas camadas da população, uma “relação triangular” entre luso-brasileiros, holandeses e judeus. Qual foi o tom adotado pelo governo de Nassau em relação à religião?

Nassau se pautou pela tolerância religiosa e pela liberalidade. Ainda que essa política de conciliação fosse motivada pela necessidade do controle do sistema açucareiro pelos senhores de engenho, lavradores de cana e artesãos luso-brasileiros, Nassau compreendeu que seria inútil tentar converter os brasileiros ao calvinismo ou interferir em suas práticas religiosas.

10. Quem foram os três principais amigos portugueses de Maurício de Nassau e qual foi o principal interesse que ligou Nassau a essas pessoas?

O frei Manuel Calado do Salvador, com quem Nassau apreciava conversar e compartilhar os conhecimentos de latim, o comerciante Gaspar Dias Ferreira, que negociava engenhos em nome do governador holandês,

e o empresário e depois líder da insurreição luso-brasileira João Fernandes Vieira, natural da ilha da Madeira, que desenvolveu amizade e estabeleceu negócios com os holandeses, ao mesmo tempo em que favorecia os trabalhadores de suas fazendas, chegando a ficar conhecido como “o pai dos pobres”. (capítulo 10)

11. Em que se apoiava basicamente a economia do Brasil holandês? Quais eram as dificuldades enfrentadas pelos holandeses em relação ao provisionamento de comida? Quais produtos tinham de ser importados diretamente da Holanda?

As atividades econômicas apoiavam-se na produção do açúcar e na extração do pau-brasil, este um monopólio da Companhia das Índias Ocidentais. Os problemas de alimentação ocorriam por falta de farinha de mandioca e de carne, que constituíam a base do cardápio mas que não eram produzidas a contento. Os holandeses, assim, tinham de importar principalmente víveres, isto é, alimentos e artigos de consumo para sobrevivência. Já a comunidade luso-brasileira preferia os manufaturados, como os panos de linho, tafetá e artigos alimentícios processados, como vinhos, cervejas, azeites, queijos e carnes como o presunto, o bacalhau e as sardinhas. (capítulo 13)

12. Quais foram as principais divergências de Maurício de Nassau com a Companhia das Índias Ocidentais, que levaram à sua dispensa do governo do Brasil holandês e ao seu retorno à Holanda? O que Nassau levou consigo quando de seu regresso em 1644?

As despesas pessoais e extraordinárias de Nassau, custeadas pela Companhia, eram vistas de maneira muito desfavorável. Além disso, a restauração da independência portuguesa havia possibilitado uma trégua luso-neerlandesa, o que fez a Companhia reduzir

seu efetivo, isto é, seu corpo de funcionários e soldados em Pernambuco, o que Nassau veio a considerar um grave erro de cálculo, que criticou duramente. Ao retornar, Nassau levou na mudança as telas de Frans Post e Albert Ekhout, que ele havia encomendado, as coleções de história natural e etnografia que reunira, além de itens de procedência africana. Além disso, Nassau levou consigo gêneros alimentícios e artigos pessoais, como farinha de mandioca, frutas confeitadas, peças de madeira nativa, conchas e pedras do Cabo de Santo Agostinho e até uma rede de deitar que instalou em seu palácio na Holanda, Mauritshuis. (capítulo 14)

13. Quais foram as publicações sobre o Brasil que Nassau pagou do próprio bolso para editar na Holanda?

Entre as obras estavam a história do seu próprio governo, redigida por Gaspar Barleus, e a *História natural do Brasil*, de Piso e Markgraf. Nassau editou também as *Mauriciadas*, um poema épico em latim sobre seus feitos militares, escrito por seu capelão no Brasil. (capítulo 14)

14. A que se deveu a insurreição dos luso-brasileiros contra os holandeses em 1645? Quem era o principal comandante dessa revolta e quais os motivos que levaram a ela? Os holandeses não foram derrotados, mas seus domínios no Nordeste se reduziram. Quais eram as regiões dominadas pelos holandeses após a insurreição?

As lutas de restauração, contra os holandeses, se desenvolveram na esteira da crise da queda do preço do açúcar entre 1638 e 1643. Com isso, muitos senhores de engenho contraíram dívidas vultosas a fim de manter a produção e o padrão de vida. A cobrança das dívidas para com a Companhia das Índias Ocidentais era em

geral bastante rígida e vexatória, como narra o frei Manoel Calado. A isso seguiu-se um período de grande instabilidade política no governo do Recife, pois Nassau foi substituído por uma junta de três membros do Alto Conselho. Desde o começo, o novo governo foi acusado de corrupção e criticado nos Países Baixos por conta de um acordo feito sobre as dívidas entre ele, os comerciantes e os maiores devedores da comunidade luso-brasileira. Foram estes os homens principais que estiveram, ao lado dos revoltosos populares, na liderança da conjura, principalmente João Fernandes Vieira (um dos maiores devedores da Companhia das Índias Ocidentais). Os motivos centrais do levante, segundo documentos dos próprios revoltosos, foram a “tirania” dos holandeses e sua falta de palavra em relação à liberdade da religião católica, o abuso econômico com que os holandeses venderam suas mercadorias e derrubaram o preço do açúcar, as dificuldades que colocaram aos engenhos para vender sua produção, deslealdade nos contratos, “insolências” e “ignomínias” dos capitães holandeses contra as mulheres, furtos cometidos nas casas dos portugueses, os tributos abusivos que cobraram sobre o povo, a interferência nos negócios entre judeus e portugueses do Recife. Depois da insurreição, a partir de setembro de 1645, os luso-brasileiros passaram a controlar o interior do Nordeste, reduzindo a presença holandesa ao Recife e às guarnições litorâneas de Itamaracá, da Paraíba, de Fernando de Noronha e do Rio Grande do Norte. (capítulos 15 e 16)

15. Qual foi o plano de d. João IV depois que a insurreição luso-brasileira saiu parcialmente vitoriosa e o governo holandês se viu sitiado pelo cerco do Recife?

Após ordenar a retirada do exército e da população de luso-brasileiros para a Bahia e o incêndio dos canaviais

do Brasil holandês, d. João IV propôs aos Estados Gerais a compra do Nordeste junto à Companhia das Índias Ocidentais, o que foi recusado pelos holandeses. Em fins de 1646 e começos de 1647, d. João IV decidiu apoiar, secretamente, o movimento restaurador, com o apoio da armada portuguesa. Depois do malogro de um acordo pelo qual Portugal cederia o Nordeste, Angola e São Tomé, além de pagar indenização à Companhia das Índias Ocidentais, d. João IV criou a Companhia Geral do Comércio do Brasil. Esta teria o monopólio dos principais produtos de exportação de Portugal para o Brasil e a tarefa de proteger a navegação particular por meio do sistema de comboios. (capítulo 18)

16. Quais foram as consequências das duas batalhas dos Guararapes para o governo holandês do Recife?

Na primeira batalha, em 1648, em uma campina margeada pelos montes Guararapes e os mangues e alagados que chegavam até a praia, em uma única manhã de combates o exército holandês bateu em retirada, deixando cerca de quinhentos mortos, enquanto as perdas luso-brasileiras foram de não mais que oitenta mortos. Na segunda batalha dos Guararapes, em 1649, a vitória dos luso-brasileiros foi ainda mais incontestável. Os holandeses perderam mil homens de uma tropa de 1.500. A defesa da capital e das guarnições litorâneas ficou reduzida a 3.500 homens e o exército da Companhia das Índias Ocidentais perdeu seu poder ofensivo. A armada holandesa se viu imersa em disputas internas devido às condições precárias de manutenção, aprovisionamento e ânimo das tropas. Segundo o livro, “pelos quatro anos seguintes, o Brasil holandês levará uma existência de moribundo”. (capítulos 18 e 19)

Leituras recomendadas

De Evaldo Cabral de Mello:

Nassau - Governador do Brasil holandês. Companhia das Letras, 2006.

Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. Editora 34, 3a. ed., 2007.

Rubro veio: O imaginário da restauração pernambucana. Evaldo Cabral de Mello. Alameda Editorial, 3a. ed., 2008.

O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669. Topbooks, 3a. ed., 2003.

Outros autores:

O Brasil e os holandeses, 1630-1654. Paulo Herkenhoff (org.). Sextante, 1999.

Frans Post, 1612-1680. Pedro Corrêa do Lago e Bia Corrêa do Lago (org.), Editora Capivara, 2007.

O desconforto da riqueza: a cultura holandesa na Época de Ouro: uma interpretação. Simon Schama. Trad. de Hildegard Feist. Companhia das Letras, 1992.

